



GESTÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: INSTITUTO FEDERAL DE SOUSA (1994)

MANAGEMENT IN PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION: SOUSA FEDERAL INSTITUTE (1994)

Lindarleyde Maria Pires Lira de Vasconcelos¹; Débia Suênia da Silva Sousa²

v. 1/ n. 1 (2018)
Janeiro / Dezembro

Aceito para publicação em
10/12/2018.

¹Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba-UFPB, Funcionária Pública Federal, lotada na Universidade Federal de Campina Grande-UFCG-Cajazeiras-PB;

²Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Campina Grande -UFCG, Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte -UFRN. Professora Adjunta da Universidade Federal de Campina Grande-Cajazeiras-PB.

Atualmente, Vice-Diretora do Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal de Campina Grande.



www.editoraverde.org

RESUMO: O presente trabalho faz parte dos estudos desenvolvidos no Programa de Pós-Graduação em Sistemas Agroindustriais, da Universidade Federal de Campina Grande. Tem como objetivo analisar as práticas de gestão, que levaram a Escola Agrotécnica Federal de Sousa/PB à outra configuração no período de 1994. A proposta encaminha-se para identificar as estruturas, bem como o processo de gestão democrática, que iniciou-se no ano de 1994 quando institucionalizou - se o CEFET na cidade de Sousa – PB. A perspectiva metodológica ancora-se nos conceitos de gestão aludidos por Bordignon; Gracindo (2000), Paro (2006), dentre outros. Utilizou-se dois livros como fontes documentais, a saber: “Os Quarenta anos da Escola Agrotécnica Federal de Sousa – Paraíba” (1995), de autoria de João Romão Dantas e “O Tempo Esquadrinhado” (2017), de autoria de Francisco Cicupira de Andrade Filho. Metodologicamente, buscou - se subsídios na análise de conteúdo proposta por Bardin (2016). Chegou-se a conclusão que a Escola Agrotécnica Federal de Sousa encaminhou-se para configuração de CEFET e posteriormente, IFPB devido à conjuntura nacional da educação, que se direcionava para tal perspectiva. O cenário de avanços, propiciou um desenrolar de avanços no sentido de tornar a gestão da Escola Agrotécnica Federal de Sousa – Campus de São Gonçalo mais coeso com os princípios e os valores conquistados na luta pela gestão democrática da educação.

Palavras-chave: Gestão democrática. Práticas de gestão. Instituto Federal de Sousa/PB.

ABSTRACT: The present work is part of the studies developed in the Graduate Program in Agroindustrial Systems, Federal University of Campina Grande. Its

objective is to analyze the management practices that led the Federal Agrotechnical School of Sousa / PB to another configuration in the period of 1994. The proposal aims to identify the structures, as well as the process of democratic management, which

began in the 1994 when CEFET was institutionalized in the city of Sousa - PB. The methodological perspective is anchored in the management concepts alluded to by Bordignon; Gracindo (2000), Paro (2006), among others. Two books were used as documentary sources, namely: “The Forty Years of the Federal Agricultural School of Sousa - Paraíba” (1995), authored by João Romão Dantas and “O Tempo Esquadrinhado” (2017), authored by Francisco Cicupira from Andrade Filho. Methodologically, we sought subsidies in the content analysis proposed by Bardin (2016). It was concluded that the Federal Agrotechnical School of Sousa headed for configuration of CEFET and later, IFPB due to the national conjuncture of education, which was directed towards such perspective. The scenario of advances has led to progress in making the management of the Sousa Federal Agrotechnical School - São Gonçalo Campus more cohesive with the principles and values achieved in the struggle for the democratic management of education.

Keywords: Democratic management. Management practices. Federal Institute of Sousa / PB

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo procurou identificar, as estruturas, as práticas de gestão, assim como, compreender o movimento político nacional que leva as escolas agrotécnicas federais à outra configuração. A gestão da educação é a ação político-administrativa interpretada conforme o contexto, por meio do qual a prática social da educação é organizada, orientada e viabilizada. (BORDIGNON; GRACINDO, 2000).

Para identificar o processo de gestão democrática elegeu-se o ano de 1994, quando institucionalizou - se o CEFET na cidade de Sousa – PB. A pesquisa priorizou como fonte documental os livros: “Os Quarenta anos da Escola Agrotécnica Federal de Sousa – Paraíba” (1995), de autoria de João Romão Dantas e “O Tempo Esquadrinhado” (2017), de autoria de Francisco Cicupira de Andrade Filho.

Buscou - se subsídios na análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), que a considera como uso metodológico de uma série de instrumentos em estado de aprimoramento, possível de aplicar a discursos variados de origem diversas.

1.1 Surgimento da Escola Agrotécnica de Sousa: antecedentes históricos

A Escola Agrotécnica de Sousa - PB, foi criada pela Portaria nº 552 de 04 de julho de 1955, baseado no Decreto - Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946, com a denominação de Colégio de Economia Doméstica Rural de Sousa, autorizada a funcionar em 09 de agosto de 1955, tinha como objetivo de formar professores para o magistério do Curso de Extensão de Economia Rural Doméstica. O Estabelecimento passou a ministrar o curso Técnico em Economia Doméstica a nível de 2º grau, com o Decreto nº 52.666, de 11 de outubro de 1963. (DANTAS, 1995).

Em 1967, através do Decreto nº 60.713, a Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV) foi transferida para o Ministério da Educação e da Cultura, como Diretoria de Ensino Agrícola (DEA). Reformulada, houve a implantação do sistema escola-fazenda, com o princípio “Aprender a fazer e fazer para aprender”, a iniciativa foi do sousense, engenheiro civil Carlos Pires de Sá. (DANTAS, 1995).

Atravessou uma séria crise, com poucos alunos, verbas reduzidas, mais em 1969 conseguiu sede própria e foi criado o Departamento do Ensino Médio (DEM). Em 1970, foi firmado o convênio com o Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra (PIPMO), passando a oferecer cursos de Enfermagem, Parteira e Datilografia, com carga-horária de 120 horas.

Aprimorando o ensino aprendizagem, foi implantado em 1972 uma habilitação a nível de 2º grau, o Curso Técnico em Economia Doméstica. No ano seguinte, ofereceu cursos de mecânica e eletricidade.

A Coordenação Nacional do Ensino Agrícola foi criada em 09 de julho de 1973, tendo a finalidade de oferecer assistência técnica e financeira a estabelecimentos com o ensino agrícola. Em 1975, a Coordenação passou a denominar-se Coordenação Nacional de Ensino Agropecuário (COAGRI) pela manutenção, melhoria e evolução do ensino

Lindarleyde Maria Pires Lira de Vasconcelos, Débia Suênia da Silva Sousa

profissionalizante agropecuário, consolidando assim, o ensino profissionalizante na região.

A Coordenação foi extinta em 21/11/ 1985 e criadas a Secretária de Ensino de 2º grau (SEGS), a Secretária Nacional de Educação Tecnológica (SEMTEC), as quais as Escolas Agrotécnicas ficaram subordinadas.

Com a construção do projeto escola-fazenda em 1987, tinha aviários, suinocultura, blocos pedagógicos, internato, refeitório, para abranger alunos da região e residências para funcionários. Em 20/12/1999, inaugurado o Laboratório de piscicultura, com finalidade de reproduzir e engordar peixes para o abastecimento.

Por determinação do Governo Federal, a Escola Agrotécnica de Sousa uniu-se ao Centro Federal de Educação (CEFET) em 2006. Para fortalecimento da educação profissionalizante, em 2008, tornou-se Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB).

1.2 Gestão democrática

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) teve seu início no século XX, quando o presidente Nilo Peçanha sancionou o Decreto nº 7.566/1909, criando as Escolas de Aprendizes Artífices (EAAs), voltadas para o ensino profissional primário e gratuito. A aprendizagem, por meio da preparação para o trabalho. O governo tinha como objetivo afastar o vício e a criminalidade nas comunidades de baixa renda, proporcionando-lhes subsídios para sobrevivência.

A crise econômica de 1930 enfraqueceu as oligarquias cafeeiras, ensejando a ascensão da burguesia industrial. O Brasil foi perdendo seu caráter agrário-exportador, passando para urbano-industrial, e consolidando, o sistema capitalista. A nova Constituição Brasileira promulgada por Getúlio Vargas tratou pela primeira vez do ensino técnico, profissional e industrial. A Lei 378 de 1937 transformou as Escolas de

Aprendizes e Artífices em Liceus Industriais, voltados ao ensino profissional.

Com a instalação das multinacionais no Brasil, houve a necessidade na qualificação da mão de obra baseada na Teoria do Capital Humano. A elevação da escolaridade e o ensino profissionalizante foram relevantes para a sociedade que sonhava com o Ensino Superior. Em 1942 foi promulgada a lei Orgânica do Ensino Industrial como Reforma Capanema, ficou permitido aos concluintes dos Cursos Técnicos ingressarem em cursos superiores. O Decreto 4.127/42 transformou os Liceus Industriais em Escolas Industriais e Técnicas.

A Lei n.º 3552, de 16 de fevereiro de 1959, propiciou uma maior autonomia e o desenvolvimento da organização administrativa da rede de ensino técnico. As Escolas Industriais e Técnicas foram transformadas em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais, com autonomia didática e de gestão. (SOUSA; BERALDO, 2009).

Em 1961, o ensino profissionalizante foi equiparado ao ensino acadêmico com a promulgação da Lei 4.024 que fixou as diretrizes e Bases da Educação Nacional. Foram estabelecidos dois ramos de ensino médio diferenciados, mais equivalentes: “um propedêutico representado pelo científico e outro profissionalizante, com os cursos normal (magistério), industrial, comercial e agrícola” (KUENZER, 1992, p.14).

No ano de 1978, a Lei 6.545 transformou três Escolas Técnicas Federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) em Centros Federais de Educação Tecnológica. Para os CEFETs ficou a missão de realizar pesquisas na área técnico-industrial, posteriormente oferecer a pós-graduação *stricto sensu* nos níveis mestrado e doutorado (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005).

As reformas educacionais em 1990, outras Escolas Técnicas Federais e Escolas Agrotécnicas Federais foram transformadas em Centros Federais de Educação

Lindarleyde Maria Pires Lira de Vasconcelos, Débia Suênia da Silva Sousa

Profissional e Tecnológica – CEFETs através da Lei 8.948, de 08 de dezembro de 1994 que institui o Sistema Nacional de Educação Tecnológica. Os CEFETs passaram a ministrar cursos em todos os níveis, desde cursos profissionais até cursos de graduação e pós-graduação. Dentre esses cursos: “Formação de professores para as disciplinas científicas e tecnológicas do Ensino Médio e da Educação Profissional”. (SOUSA; BERALDO, 2009).

Em relação à gestão, as antigas escolas agrotécnicas federais (EAFs) foram transformadas em autarquias pela Lei nº 8.73/93, concedendo maior autonomia administrativa e pedagógica, quando estabeleceu que:

Art.1º As atuais Escolas Agrotécnicas Federais, mantidas pelo Ministério da Educação, passarão a se constituir em autarquias federais.

Parágrafo único. Além da autonomia que lhes é própria como entes autárquicos, as Escolas Agrotécnicas Federais terão, ainda, autonomia didática e disciplinar. (BRASIL, 1993).

Sabe-se que múltiplos elementos compõem o que se compreende por gestão democrática: participação da comunidade interna e externa, mecanismos de escolha de diretores, implantação e funcionamento de colegiados, descentralização das decisões, autonomia escolar (PARO 2006). Sendo assim,

uma gestão democrática da educação que reconhecesse a escola como espaço de política e trabalho, era buscada nos emblemas de autonomia administrativa, financeira e pedagógica na participação da comunidade nos desígnios da escola (elaboração dos projetos pedagógicos e definição dos calendários) e na criação de instâncias mais democráticas de gestão (eleição de diretores e constituição dos colegiados). Tudo isso conjugado à luta pelo reconhecimento profissional desses trabalhadores (OLIVEIRA, 2004, p. 1135).

Nesse sentido, a gestão democrática é baseada na coordenação de ações e atitudes que priorizam a participação social, da comunidade escolar, como professores, pais, alunos, direção, equipe pedagógica, funcionários, participando das decisões da escola e do processo de gestão. Em outras palavras, gestão

democrática é tarefa de todos, iniciando-se na família, governo e sociedade.

Quando se trata, do Instituto Federal de Sousa - IFPB, não se pode negar que este se configurou de outra Instituição, ou seja, o IFPB advém da antiga Escola Agrotécnica Federal de Sousa. Portanto:

[...] o Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia da Paraíba (IFPB) já nasceu adulto, pois o mesmo é parte de uma tradição que iniciou-se a 100 anos. Suas raízes estão no CEFET-PB e na Agrotécnica Federal de Sousa – PB. (ANDRADE FILHO, 2017, p. 17).

Nas palavras de Andrade Filho, o IFPB, Campus de Sousa trata-se de uma Instituição com raízes fincadas na história da Escola Agrotécnica de Sousa e do CEFET.

1.3 Práticas da gestão

Por meio da análise da obra, “O Tempo Esquadrinhado” (2017), de autoria de Francisco Cicupira de Andrade Filho é pertinente afirmar que, a partir de 1994 na configuração de CEFET, a Instituição inicia os primeiros passos rumo a uma gestão democrática. Foi empossado em 02 de agosto de 1994, o professor Francisco Cicupira de Andrade Filho em solenidade presidida pelo Ministro Murilo Hingel, na sede do Ministério da Educação, em Brasília – DF.

Nesse momento, em 1994, o Brasil era governado por Itamar Franco, substituindo Fernando Collor de Melo, que sofrera o impeachment. A escola vivia o primeiro ano de experiência, como instituição federal autárquica. Iniciou-se, assim, a reorganização administrativa, o que possibilitou autonomia aos departamentos, coordenações e chefias de setores, com as ações administrativas planejadas.

O CEFET foi implantado num período de diversidade, novas tecnologias, a informatização das comunicações e serviços, e para se amoldar foi necessário capacitações, daí todos os setores passaram por este processo, onde professores

Lindarleyde Maria Pires Lira de Vasconcelos, Débia Suênia da Silva Sousa

começaram a participar de eventos importantes na área Educação Artística, Português, Prevenção ao Uso de Drogas, Doenças Sexualmente Transmissíveis, tudo inovador. Os técnicos receberam treinamentos nas áreas de operacionalização de licitações e contratos administrativos, participaram do encontro Nacional de Contadores e de Responsáveis pelas Auditorias Internas das Entidades de Administração Interna do MEC.

Implantou-se salas de aula de excelência, bons transportes, alojamentos, a banda marcial contemplada com novos instrumentos e participações em outros estados, a área esportiva foi equipada, introdução da informática, construção de cisterna, aquisição de livros para biblioteca, todas estas conquistas beneficiou servidores e alunos, evidenciou-se pelo tratamento livre e democrático, foi criado a Delegacia Sindical dos Servidores e o Grêmio Livre dos estudantes, momento importante da democracia e federalização do ensino.

A administração do agora CEFET, necessitava de (re)formular as políticas para o ensino técnico. Nessa acepção,

[...] o gestor carregava no seu dia a dia a preocupação de planejar e utilizar mecanismos distintos para o bom funcionamento e, de forma integrada, as unidades educativas de produção, a cooperativa-escola dos alunos, o regime de internato e semi-internato, a integração da escola comunidade e a formação humana dos discentes. (ANDRADE FILHO, 2017, 30-31).

Assim, entendemos que a democratização de uma gestão é um processo de formação de uma vida cidadã, no qual todos os envolvidos nas práticas de ensino e aprendizagem têm uma importância fundamental na transformação da sociedade. No caso do CEFET – Campus de São Gonçalo a cada curso profissionalizante criado, o engajamento de toda a escola era necessário, uma vez que o aprendizado era revertido para a cidade de Sousa e região. Por exemplo, por meio dos cursos de

curta, média e longa duração, na área de horta caseira e comunitária, avicultura (corte e postura), dentre outros que possibilitaram e ainda, hoje possibilitam o crescimento do município de Sousa, cidades e estados adjacentes, no gerenciamento de recursos.

Portanto, conscientemente ou não, as práticas da gestão no CEFET - Campus de São Gonçalo, no quesito gerenciamento e planejamento de recursos públicos, possibilitou o entendimento que:

[...] tanto pode existir uma prática administrativa espontânea, na qual a utilização dos recursos, embora realizada de maneira racional, é feita mais de modo a atender às necessidades imediatas que vão surgindo no processo prático, sem que tenha uma visão clara e consciente de como isso se dá, quanto uma administração reflexiva, na qual além da consciência prática, representada pela utilização racional dos recursos, o sujeito (individual ou coletivo) se acha consciente da racionalidade do processo e da participação nele de sua consciência (PARO, 2006, p.29).

Nesse período, 1994, primeiro ano da gestão do professor Francisco Cicupira de Andrade Filho, o CEFET buscou a integração com a comunidade, por meio de projetos e ações que atendessem as necessidades de Sousa e cidades circunvizinhas. Em outras palavras, “a integração da escola com a comunidade passou a ser encarada como fator primordial para a difusão e o cumprimento de sua ação social”. (ANDRADE FILHO, 2017 p. 27). Nesse prisma, a extensão que já existia na Instituição, se fortaleceu, ou melhor, dizendo, ficou em evidência, por meio da promoção de cursos de extensão realizados tanto na cidade de Sousa, como em outras cidades da região. A exemplo da expansão dessa política de extensão, a Instituição “[...] ofertou um curso sobre Noções Básicas de Agropecuária para os Soldados do Exército do Tiro de Guerra 07-21 da cidade de Pombal – PB”. (ANDRADE FILHO, 2017, p. 27).

Ouso dizer, que na gestão, ora destacada, buscou-se cumprir a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, que na perspectiva de Moita e Andrade, se configura como,

[...] a articulação entre o ensino e a extensão aponta para uma formação que se preocupa com os problemas da sociedade contemporânea, mas carece da pesquisa, responsável pela produção do conhecimento científico. Por sua vez, se associados o ensino e a pesquisa, ganha-se terreno em frentes como a tecnologia, por exemplo, mas se incorre no risco de perder a compreensão ético-político-social conferida quando se pensa no destinatário final desse saber científico (a sociedade). (2009, p. 269).

As práticas da gestão, não deixavam de favorecer a participação da comunidade escolar, em encontros de associações comunitárias, bem como na área de conhecimento agrotécnico e comunidade. Também, foram estabelecidos convênios com órgãos de pesquisas nas áreas de horta caseira e comunitária, suinocultura, avicultura, solos defensivos agrícolas, alimentação alternativa, congelamento e descongelamento, dentre outras. Ademais, no ano de 1994, a Instituição passou a integrar o Conselho Municipal de Agricultura.

Na Gestão da escola pública, a maneira de organizar seu funcionamento quanto aos aspectos políticos, administrativos, financeiros, tecnológicos, culturais, artísticos e pedagógicos, tem a finalidade de dar transparência às suas ações e atos e possibilitar à comunidade escolar e local a aquisição de conhecimentos, saberes, idéias e sonhos, num processo de aprender, inventar, criar, dialogar, construir, ensinar e transformar (BRASIL, 2004).

Com todas as transformações decorrentes no ano 1994, o CEFET realizou seu primeiro concurso público em 13.11.1994 para várias categorias, sob responsabilidade do CEFET – MG. Um processo novo que gerou denúncias ao Ministério Público, onde um candidato alegava questão de horário e o Promotor quis anular o certame. O

diretor Professor Francisco Cicupira de Andrade Filho o representante do CEFET de Minas gerais, aumentaram,

[...] pedimos então, que ele ouvisse a nossa versão, e quando mostramos toda a documentação, forma de divulgação, publicação no Diário Oficial da União e que se fosse para paralisar o concurso teria que fazê-lo de norte a sul do país, pois era o mesmo concurso que estava sendo realizado em todo território nacional. (ANDRADE FILHO, 2017, 28).

Após a divulgação do resultado, segundo o diretor do CEFET,

[...] providenciamos numa velocidade estonteante como dizia o poeta, as primeiras contratações, pois existia o temor de que o novo governo que assumiria no início de 1995, não contratasse os aprovados em todas as categorias. (ANDRADE FILHO, 2017, 29).

Fica claro, que as políticas públicas estão atreladas a governos que tanto podem ser democráticos, como não. Naquele momento, os CEFETs, já vislumbravam sua autonomia, tanto no aspecto administrativo, financeiro, político, mas tiveram receios de decisões que levassem a não contratação dos concursados.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolver da pesquisa, compreendeu-se um cenário de avanços no sentido de tornar a gestão da Escola Agrotécnica Federal de Sousa – Campus de São Gonçalo mais harmônico com os princípios e os valores conquistados na luta pela gestão democrática da educação.

Com a análise documental dos livros: “Os Quarenta anos da Escola Agrotécnica Federal de Sousa – Paraíba” (1995), de autoria de João Romão Dantas e “O Tempo Esquadrinhado” (2017), de autoria de Francisco Cicupira de Andrade Filho, quando se tinha por objetivo identificar, as estruturas, as práticas de gestão, assim como, compreender o movimento político nacional que leva as escolas agrotécnicas federais à outra configuração, inicialmente tem-se a consideração que do processo de criação do Colégio de Economia Doméstica Rural de Sousa (1955) até a

Escola Agrotécnica Federal de Sousa (1979) foi necessário momentos decisivos de uma política que compreendesse uma gestão democrática. Outrossim, a ampliação dos cursos técnicos, com nova gestão, com uma visão para o desenvolvimento socioeconômico da região foi implantado o IFPB.

Os resultados apontam que no período analisado (1994), a Instituição traçou um caminho dialético, processual, conflituoso e ainda mergulhado em muitas armadilhas, interesses, que reflete os elementos da estrutura social de uma forma geral. A escola passou a implantar um modelo de gestão democrática, em 1994, na gestão do Professor Francisco Cicupira de Andrade Filho, mesmo sabendo-se que nesse período não existia eleições diretas para o cargo de diretor de CEFETs. A análise dos livros permitiu a indução de que as práticas de gestão levaram em consideração o incentivo a interrelação entre ensino, pesquisa e extensão. Ademais, no aspecto administrativo houve avanços significativos, na adoção de princípios e ações que a aproximem da gestão democrática da educação.

3. REFERÊNCIAS

ANDRADE FILHO, F. C. de. O tempo esquadrinhado. Sousa: **Edição do Autor**, 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto/ Augusto Pinheiro. 1 ed. 3ª reimp. São Paulo: Edições 70, 2016.

BORDINGNON, G.; GRACINDO, R. V. Gestão da educação: o município e a escola. In: FERREIRA, N. S. C. e AGUIAR, M. A. da S. (orgs.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. S. Paulo: Cortez, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Gestão da educação escolar. Brasília: UnB/CEAD, 2004).

_____. Lei nº. 8.731, de 16 de novembro de 1993. Transforma as Agrotécnicas Federais em autarquias e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8731.htm> Acesso em: 13/11/2018.

DANTAS, J. R. **Os quarenta anos da Escola Agrotécnica Federal de Sousa – Paraíba**. Sousa: Edição do autor, 1995.

FRIGOTTO, G. CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A GÊNESE DO DECRETO N. 5.154/2004 um debate no contexto controverso da democracia restrita. **Trabalho Necessário**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, 2005.

MOITA, F. M. G da S. C; ANDRADE, F. C. B de. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. In: Revista brasileira de educação. Rio de Janeiro, v. 4 n. 41. maio/ago. 2009. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n41/v14n41a06.pdf>>. Acesso em: 13/11/2018.

OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. In: Educação e Sociedade, Campinas – SP, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, Set/Dez. 2004. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22614.pdf>> Acesso em: 13/11/2018.

PARO, V. H. **Administração escolar**: introdução crítica. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SOUSA, A. G. ; BERALDO, T. M. 2009. **Cursos de Licenciatura em Ciências Naturais nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/1920_1102.pdf> Acesso em: 13/11/2018.